

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Érica Machado

Quando estudamos **políticas públicas**, debatemos, entre outros aspectos, sobre a presença do **Estado** no dia-a-dia do cidadão. Mas o que você entende por Estado? Conseguiria elaborar um conceito? Na verdade, são muitas as interpretações sobre o significado de Estado.

O termo “Estado” aparece pela primeira vez no livro “O Príncipe”, escrito em 1513, por Maquiavel. Muitos outros pensadores, depois dele, dedicaram-se ao estudo do tema, originando diversas concepções. Em nosso estudo, quando abordarmos a palavra “Estado”, grafado com letra maiúscula e no singular, estaremos tratando da organização político e jurídica de uma sociedade, formada por um conjunto de instituições permanentes, das esferas municipal, estadual ou federal, englobando o poder executivo, o poder legislativo e o poder judiciário. Assim, fazem parte do Estado: o governo federal e seus ministérios, o Congresso, os tribunais, as assembleias legislativas, as prefeituras, delegacias, forças armadas, secretarias de estado, entre muitas outras instituições.

Pensemos agora na área educacional. Quais são os órgãos e instituições de Estado que fazem parte dessa área? Bem, em nível federal, temos o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE). Na esfera estadual, temos as Secretarias Estaduais de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (CEE) e, por fim, em âmbito municipal, temos as Secretarias Municipais de Educação e seus conselhos. Além disso, é claro, temos as escolas, universidades e outras instituições educacionais públicas, as quais fazem parte dos aparelhos (órgãos/instituições) do Estado.

Veja, assim, que “**governo**” e “**Estado**” não são a mesma coisa. **Governo** diz respeito a ações, programas e projetos que um determinado grupo propõe para toda a sociedade (CHAUÍ, 1998, p. 368). Já o **Estado**, como vimos, é “formado por um conjunto de instituições permanentes que permitem a ação do governo” (ibid).

Para alguns, o Estado seria responsável por estabelecer a ordem e o respeito às leis, por buscar o bem comum para todos os cidadãos e por garantir os direitos relativos à vida cidadã. Para outros, porém, o Estado teria como função manter a divisão da sociedade entre classe dominante e classe popular, utilizando, para tanto, meios coercitivos (ou seja, usando a força) e/ou criando consensos através da ideologia. Esse é um debate muito interessante... E para você? Qual é o papel que o Estado, de fato, exerce? E qual o papel que você acha que ele deveria exercer? O Estado age igualmente com todos as pessoas? Protege todos os cidadãos ou age atendendo aos interesses de determinados setores da sociedade?

Certamente, quando pensamos sobre essas questões, nos vêm à mente as políticas públicas. Mas o que seriam, na verdade, as **políticas públicas**?

A palavra “**política**” é de origem grega, *ta politika*, e diz respeito à participação das pessoas nos assuntos da cidade (*polis*) (CHAUÍ, 1998, p. 371). O termo “**público**”, por sua vez, é de origem latina, *publicus*, ou seja,

aquilo que é de **todo o povo**. Mas o que seriam, então, políticas públicas? Elas podem ser entendidas como ações e programas desenvolvidos pelo governo, através de órgãos e instituições do Estado, com o objetivo de modificar a sociedade de alguma forma.

E a sociedade civil, ou seja, o povo? Bem, o **povo não** é responsável por realizar as **políticas públicas**, mas ele faz **política** (OLIVEIRA, 2017, p. 2), e tal política interfere, em maior ou menor medida, nas políticas públicas.

Aqui podemos perceber que há uma diferença entre **política** e **política pública**, não é mesmo? Vejamos a seguinte situação:

Em uma cidade, um grupo de pessoas se reuniu para defender a acessibilidade nas vias públicas de pedestres, pois as calçadas não tinham piso tátil e rampas de acesso. Além de fazer algumas manifestações em praças, o grupo visitou a Câmara Municipal e participou de eventos relativos ao tema. Depois de muita luta, obras nas vias começaram a ser executadas pela Prefeitura Municipal. Além disso, a Secretaria Municipal de Educação elaborou um projeto, junto às escolas públicas, sobre a importância da acessibilidade no trânsito.

Nesse caso, o grupo de pessoas que lutou pela acessibilidade fez política ou política pública? Isso! O grupo fez **política** ao se mobilizar em torno dessa causa. Mas, como apontamos, o povo não é o agente das políticas públicas, ou seja, não é o responsável direto por implementá-las. Assim, na situação relatada, coube ao governo municipal desenvolver a **política pública** através das obras e do projeto.

Esse é um exemplo de como a participação política de grupos sociais, reunidos em torno de um interesse em comum, pode influenciar na realização de políticas públicas. Você saberia apontar outro caso que demonstre a importância dos movimentos sociais no desenvolvimento de políticas públicas e na garantia de direitos?

Bem, de todo modo, é importante destacar que esse processo não é tão simples como pode parecer sugerir o breve exemplo apresentado. A relação entre participação da sociedade civil e as políticas públicas não é linear e automática, ao contrário, é atravessada por contradições, avanços e recuos. Além disso, é preciso considerar que alguns grupos da sociedade têm muito maior interferência na formulação das políticas públicas do que outros. Já pensaram sobre isso? Retomamos aqui a questão formulada anteriormente: será que o Estado age igualmente com todos os cidadãos?

Pensemos, agora: o que são **políticas públicas educacionais**? Com base no que debatemos até aqui, você deve estar pensando: são as ações, os projetos e os programas ligados à educação. Certo... Mas vamos refletir junto comigo: a educação é um conceito amplo. Segundo Brandão (1985, p. 7), “[n]inguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar”. Nesse sentido, é possível dizer que a educação está presente em todos os espaços sociais. Porém, as políticas públicas não englobam todos esses espaços. Na verdade, elas estão ligadas aos ambientes escolares e envolvem a garantia de acesso à escola, a qualidade do processo e ensino-aprendizagem, a formação e a valorização dos profissionais da educação, a construção e a reforma dos prédios, entre muitos outros aspectos.

Saberia me dizer quais políticas públicas educacionais têm sido realizadas no município onde mora? Elas têm conseguido garantir o direito de todos à educação e qualidade? O que ainda é preciso melhorar? Quais ações você, como cidadão, sugeriria?

Bem, esperamos que este texto tenha contribuído para a sua reflexão sobre o tema. Afinal, nossa atitude política tem o potencial de intervir nos rumos das políticas públicas educacionais.

REFERÊNCIAS:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1998.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. Disponível em:
<http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/169363/mod_resource/content/2/OLIVEIRA-Pol%C3%83-ticas%20p%C3%83%C2%BAblicas%20educacionais....pdf>. Acesso em: 23 fev. 2017.